

JORNAL DA AJURIS

ANO 19 NÚMERO 284 | NOVEMBRO E DEZEMBRO 2016



O BRASIL NO FREEZER

Governo propõe congelar por 20 anos os gastos públicos, atingindo direitos como saúde, educação e acesso à Justiça. A judicialização deve aumentar, mas o Judiciário não poderá se expandir. Será o começo de uma longa noite no país?



**CONTRA PEC241:
NÃO AOS CORTES DE DIREITOS**



**Justiça Restaurativa ganha status
de política pública de Estado no RS**



PALAVRA DO PRESIDENTE

Justiça gaúcha mantém liderança

A Justiça Estadual do Rio Grande do Sul aparece, mais uma vez, como paradigma de eficiência no país, conforme se depreende do levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A posição de liderança atesta que os magistrados gaúchos, auxiliados pelos servidores, trabalham com planejamento, dedicação e empenho para dar conta das demandas judiciais encaminhadas pela população.

O relatório "Justiça em Números" indica que nosso Judiciário é destaque em produtividade entre as 27 unidades federativas. Obter essa posição não é tarefa fácil; mantê-la, sobretudo em tempos de crise, é um enorme desafio que vem sendo vencido. Ainda mais se levarmos em conta que o Rio Grande do Sul, entre os cinco tribunais considerados de "grande porte", junto com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, é o que tem o maior número de casos julgados e o menor número de magistrados.

Estamos conseguindo manter a eficiência, com um custo menor, embora tenhamos, ao lado do Rio de Janeiro, o maior número de processos novos. Uma das razões do resultado obtido é o trabalho de gestão da tramitação dos processos, adotado já há algum tempo. Outra marca a destacar é que, pela primeira vez, a Justiça gaúcha, de 1ª e 2ª instância, conseguiu terminar mais processos do que os que ingressaram. Mas precisamos continuar lutando por um orçamento adequado e condizente com a prestação jurisdicional.

Como sabemos, é preciso enfrentar a judicialização excessiva, com o funcionamento adequado dos órgãos estatais que devem prevenir os conflitos, fazendo com que a justiça seja a última instância a ser acionada. Urge uma atuação efetiva das agências reguladoras, por exemplo, na questão da telefonia e dos bancos. As agências precisam atuar de forma a assegurar os direitos do consumidor.

Os processos de execução fiscal chegam a quase 40%, revelando a incapacidade de Estados e municípios conseguirem o recebimento dos tributos administrativamente. É preciso repensar este sistema em que a causa é ajuizada muitas vezes para cumprir a tabela, gerando ônus ao poder público, que acaba sendo onerado pelo não pagamento do tributo e pelo ajuizamento de ações que muitas vezes, representam mais gastos ao Estado, sem produzir efetividade.

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

Presidente:

Gilberto Schäfer

Vice-Presidente Administrativa:

Vera Lúcia Deboni

Vice-Presidente de Patrimônio e Finanças:

Flávio Mendes Rabello

Vice-Presidente Cultural:

Rute dos Santos Rossato

Vice-Presidente Social:

Max Akira Senda de Brito

Jornal da AJURIS**Diretora de Comunicação:**

Elisabete Maria Kirschke

Jornalista-chefe:

Grasiela Duarte (licenciada)

Interino:

Carlos Alberto de Souza

Equipe de jornalismo:

Joice Proença e Juliana Campani

Estagiária:

Paola Oliveira

Projeto gráfico e diagramação:

Esparta Design

Impressão:

Impresso Prático – Gráfica e Bureau

Tiragem:

1.500 exemplares

Endereço:

Rua Celeste Gobbato, nº 81
Praia de Belas – Porto Alegre
RS CEP 90110-160

Telefone:

(51) 3284-9100

E-mail:

imprensa@ajuris.org.br

Site:

www.ajuris.org.br

Foto de Capa:

Rovena Rosa - Agência Brasil

Gilberto Schäfer

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - AJURIS

MOBILIZAÇÃO

Força e união contra as retaliações

Ato Público da AJURIS e Frentas/RS denuncia projetos que buscam inibir ação de juízes e promotores



Evento foi contra a redução das prerrogativas e a criminalização das atividades constitucionais do Judiciário e MP

De todas as mobilizações estaduais realizadas contra as retaliações ao Judiciário e Ministério Público e, por consequência, à cidadania, a do Rio Grande do Sul, promovida pela AJURIS em parceria com as demais entidades integrante da Frentas/RS, foi a mais representativa e de maior significado, repercutindo na sociedade.

O Ato Público em Defesa da Cidadania, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que ocorreu no dia 4 de outubro na Escola da AJURIS, além do apoio da base classista das carreiras jurídicas de Estado, contou com o respaldo e a presença do presidente do Tribunal de Justiça do RS, Luiz Felipe Silveira Difini, da presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Beatriz Renck, e do procurador-geral da Justiça, Marcelo Dornelles.

No dia seguinte, data do aniversário de 28 anos da Constituição Federal de 1988, houve um ato contra as retaliações

ao Judiciário e Ministério Público em Brasília, promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), do qual também participaram magistrados gaúchos e delegações de outros Estados. É consenso entre os juízes, promotores e procuradores que devem rebater e denunciar qualquer tipo de retaliação coordenada que parta do Congresso Nacional e do governo federal na tentativa de limitar o trabalho realizado pelas instituições.

O ato gaúcho, no auditório Márcio Oliveira Puggina, foi aberto pelo presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, que reforçou a importância da unidade entre as carreiras para barrar as tentativas legislativas de redução das prerrogativas, de restrição da autonomia financeira e criminalização das atividades constitucionais do Judiciário e Ministério Público, como as ações de combate à corrupção. Ao final do Ato Público, foi lida uma carta que expressou o pensamento das entidades da Frentas/RS sobre o assunto.

Discursos pela independência e em defesa da autonomia

A seguir trechos dos pronunciamentos das lideranças do Sistema Judiciário em que alertam para riscos ao Estado Democrático de Direito



Gilberto Schäfer

Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS)

“Neste momento em que tanto o Poder Judiciário como o Ministério público têm sofrido ataques e retaliações, é importante que nós mostremos também unidade. A nossa luta principal é pela independência, e independência significa que nós estejamos livres de pressões externas e que tenhamos condições orçamentárias e institucionais para realizarmos nosso trabalho. Estamos fazendo este ato contra uma pauta de retaliação que está buscando desconstituir um Judiciário que tem um papel extremamente importante. O momento é muito simbólico, estamos fazendo este ato na véspera do aniversário da Constituição Cidadã. Queremos mostrar à sociedade, que é a destinatária de nossos serviços, que estamos unidos e atentos e queremos apoio na construção deste projeto que está inscrito na Constituição.”



Luiz Felipe Silveira Difini

Presidente do TJRS

“Há 28 anos a Assembleia Nacional Constituinte apresentou a nova Constituição, fruto de uma luta democrática do povo brasileiro. Nós achávamos que havíamos conquistado ali as condições necessárias para que, com nosso trabalho, afirmássemos um Judiciário e as funções essenciais da Justiça úteis à cidadania. Parecia que, a partir dali, para exercer adequadamente e de forma consistente com o Estado Democrático de Direito as funções de um magistra-

do, bastaria competência técnica, contração ao trabalho e honestidade. Não seria necessário aquilo que se exige de um juiz ou de um agente do MP em épocas de exceção, que é uma dose excepcional de coragem. Lamentavelmente hoje vivemos um quase anticlímax daquilo que se conquistou em 1988. Há uma situação de pressão sobre as instituições que cumprem funções essenciais ao Estado Democrático de Direito e de controle da máquina pública. Não há Estado Democrático de Direito sem Judiciário independente e com o Ministério Público subjugado. Sacrificar as instituições que defendem os interesses da sociedade é sacrificar a própria sociedade.”



Marcelo Dornelles

Procurador-geral da Justiça

“Este é um momento de união e de integração. O país vive, sim, uma crise política e ética para as quais não demos causa. Esses projetos têm caráter de retaliação e representam sério risco de retrocesso para a cidadania. Com o discurso do corte de gastos, atacam a essência das instituições, sua autonomia financeira e sua atuação, inibindo e colocando dificuldades ao exercício das funções”.



Martha Beltrame

Vice-presidente da Associação do Ministério Público do RS (AMP/RS)

“Este é o momento de externar esta reflexão que já temos feito acerca da repercussão deste momento político, econômico e moral sobre nossas carreiras. É importante que

a sociedade faça esta reflexão. Estamos mobilizados para enfrentar qualquer ataque”.



Beatriz Renck

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4)

“Neste momento histórico cada vez mais temos que reafirmar os princípios constitucionais. Foram anos de luta de toda a sociedade civil organizada e instituições envolvidas na construção dessa Constituição Cidadã. É importante afirmar que o Poder Judiciário precisa cumprir o seu papel, que é o de garantir o pleno exercício da cidadania e dos direitos fundamentais da Constituição Federal. E para isso ele precisa ter garantida sua independência juntamente com o MP, que é o fiscal da sociedade, o garantidor de todos os direitos. É preciso que a sociedade entenda que as garantias do Judiciário e do Ministério Público não são garantias nossas, mas sim garantias deste exercício dos direitos fundamentais. A Justiça do Trabalho foi alvo de intensos ataques este ano, com um corte orçamentário brutal que quase inviabilizou a continuidade da nossa atividade.”

Bernardo Schuch

Representante do Ministério Público do Trabalho

“A sociedade civil precisa acordar e entender que o Congresso hoje trabalha para atacar a autonomia das instituições que garantem os direitos dos cidadãos e o cumprimento das leis. O Ministério Público e o Judiciário devem se manter atentos a toda a dura realidade que temos pela frente”.

Rafael Moreira

1º Secretário da Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE)

“A Constituição foi o resultado de uma luta para conquistar o Estado Democrático de Direito após um período autoritário e para garantir ao Judiciário a possibilidade de atuar com força na garantia dos direitos fundamentais. E hoje estamos sofrendo esses ataques justamente por estar fazendo isso. É importante para a administração pública cortar excessos de gastos, mas o ajuste que está sendo proposto vai além desta necessidade. Os cortes são também ideológicos”

Gerson Godinho da Costa

Presidente da Associação dos Juizes Federais do RS (AJUFERS)

“O que está em jogo é a independência judicial e sobre isso não podemos tergiversar. Ela não pode ser relativizada, e não é um direito corporativo. É algo que se assegura em defesa da própria cidadania. É o pressuposto para a garantia de qualquer direito.”

Rodrigo Trindade de Souza

Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da IV Região (Amatra IV)

“Aniversários servem para comemorar o passado e definir compromisso para o futuro. A Constituição Federal marca a vontade de superar o momento de repressão e nesse sentido as instituições têm a função de garantir os direitos fundamentais, fazer valer as promessas de cidadania e a efetiva democratização”.

Victor Hugo P. de Azevedo Neto

Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)

“Precisamos dialogar com a sociedade sobre o papel do Ministério Público e do Judiciário e da importância de serem independentes e autônomos. Se não nos unirmos neste momento, a democracia que hoje saudamos corre sérios riscos. Essas carreiras não faltarão à sociedade brasileira.”

Composição da Frentas/RS

O ato foi organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Rio Grande do Sul (Frentas/RS), que conta com a participação das seguintes entidades: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS), Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul (AMP RS), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região (Amatra IV), Associação dos Juizes Federais do Brasil (AJUFE), Associação dos Juizes Federais do Rio Grande do Sul (AJUFERS), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).

CAPA

O presente de Natal que ninguém gostaria de receber

Congelamento dos gastos públicos por 20 anos exigirá mais sacrifícios e atingirá saúde e educação. A judicialização deve aumentar, mas o Judiciário não poderá se expandir



Votação na Câmara em segundo turno deu nova vitória ao governo; Senado quer definir matéria até dezembro

O governo e o Congresso apressam-se para entregar à população, pouco antes do Natal, um "presente" que ela não pediu e certamente não gostaria de receber se fosse consultada: o congelamento, por até duas décadas, das despesas públicas. A medida atinge direitos essenciais como saúde e educação e também o acesso à Justiça, além da assistência social, entre outras necessidades básicas da população.

Ironicamente, o tempo de duração do ajuste fiscal proposto pelo Executivo federal equivale ao transcurso de uma geração - 20 anos -, durante o qual a nação será mais sacrificada. O plano já foi aprovado em dois turnos pela Câmara dos Deputados. Agora o governo pretende aprová-lo no Senado entre novembro e dezembro para que vigore a partir de 2017.

"O futuro do Brasil não pode ser congelado", diz o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, fazendo coro com dirigentes das mais diversas entidades de classe, economistas, intelectuais e professores e estudantes universitários e secundários que receberam com senso crítico a iniciativa, embalada sob o rótulo de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, na Câmara, e PEC 55, no Senado.

"É importante que as informações sobre os efeitos nocivos da PEC 241 sejam de amplo acesso da população. O tema é complexo e ainda conta com um jogo de desinformação por parte de determinados grupos. Precisamos deixar claro que o povo brasileiro será prejudicado por esse projeto. Se hoje já vivenciamos a precariedade na saúde, segurança e educação, como será daqui a 20 anos? Até a judicialização para garantir esses direitos ficará comprometida, pois o aces-



so à Justiça será duramente afetado", acrescentou o presidente da AJURIS.

A matéria prosperou na Câmara apesar de a Procuradoria-Geral da República (PGR) ter encaminhado à Casa uma Nota Técnica classificando-a como inconstitucional. "Em que pese a intenção da iniciativa legislativa, as alterações por ela pretendidas são flagrantemente inconstitucionais,

por ofenderem a independência e autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições constitucionais integrantes do Sistema de Justiça e, por consequência, o princípio constitucional da separação dos Poderes, o que justifica seu arquivamento", indicou a PGR, sem ser levada em conta pela Câmara.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) também emitiu uma Nota Técnica, advertindo que a PEC 241 "impactará negativamente o financiamento e a garantia" do direito à saúde. O documento diz que "congelar o gasto em valores de 2016, por 20 anos, parte do pressuposto equivocado de que os recursos públicos para a saúde já estão em níveis adequados para a garantia do acesso aos bens e serviços de saúde". A presidência do Ipea, subordinada ao Ministério Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, não respaldou a pesquisa e tratou de dizer que o estudo não representava posição do ministério. A autora do trabalho se afastou do instituto.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) produziu Nota Técnica⁽¹⁾ sobre os possíveis efeitos do contingenciamento caso seja aprovada a proposta. A PEC, segundo a instituição, seria apenas uma de várias ações orquestradas pelo atual governo no sentido de reduzir a máquina pública e ampliar o processo de privatização de setores que hoje integram o Estado. "O governo Temer também tem declarado apoio a outras medidas que convergem com a perspectiva de um Estado mais enxuto, que recua no provimento de direitos sociais e abre maior espaço para atuação da iniciativa privada."

Na defesa da PEC, o governo alega que o dinheiro dos gastos será corrigido pelo índice inflacionário e que em dez anos, metade do tempo fixado originalmente, o ajuste poderá ser revisado. Parecendo assustado com a repercussão negativa da medida na população, o presidente Michel Temer relativizou a rigidez de longo prazo do ajuste e admitiu, em entrevista, a hipótese de abreviar o garrote do pescoço dos brasileiros. "Eu pergunto: não pode, daqui quatro, cinco, seis anos, o Brasil, crescer, aumentar a arrecadação? Aí se propõe uma nova emenda constitucional e se reduz o prazo", especulou ele.

A PEC é apresentada pelos defensores como única solução para o momento financeiro do país, o que é contestado por especialistas em economia e finanças. A economista e professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP Laura Carvalho, em levantamento sobre os principais pontos críticos da proposta que apresentou ao Senado Federal, explica que há outros caminhos possíveis e mais adequados. Esses caminhos "passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir", defende.

Muito para a dívida, pouco para investimento

O principal questionamento em relação à necessidade de cortar despesas em áreas essenciais é suportado pela constatação de que grande parte da riqueza do país é direcionada para o pagamento de juros da dívida pública. O montante dessa conta, que cresce anualmente, é objeto de estudos realizados há dez anos pelo movimento *Auditoria Cidadã da Dívida*(2), que defende que se paga muito por algo que já teria sido liquidado.

Com o direcionamento de grande volume de recursos para esses pagamentos, a União fica impedida de incrementar os investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação. Para se ter uma ideia do impacto que essa despesa representa no total de gastos, no ano de 2015, a dívida consumiu R\$ 962 bilhões, o que correspondeu a 42% do gasto federal. (Fonte: <http://www.auditoriacidada.org.br/>)

O Judiciário é sempre exigido no atendimento à sociedade no que se refere às lacunas deixadas pelo poder público. Sem as adequadas condições de prestação jurisdicional, a população brasileira deve ficar desassistida em todos os aspectos"

Gilberto Schäfer - Presidente da AJURIS

"É necessária e urgente uma revisão dos contratos da dívida pública, que é uma imensa fonte de vazão de recursos indispensáveis ao funcionamento do Estado. Esta despesa precisa ser submetida ao controle social amplo e irrestrito", sustenta o presidente da AJURIS.

Efeitos nefastos sobre a educação

Se estivesse em vigor desde 2010 o governo federal teria deixado de gastar R\$ 73,6 bilhões em manutenção e desenvolvimento do ensino

Com a implementação do disposto na PEC 241, cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) será ainda mais complicado, defendem entidades ligadas ao ensino. A tão sonhada qualificação do sistema de ensino público, que hoje já sofre duras críticas por ausência de medidas resolutivas, não só ficará mais distante, como o cenário deve se tornar ainda mais preocupante nos próximos anos.

Segundo estudo(3) elaborado e divulgado conjuntamente pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) e Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a PEC provocará "estrangulamento" do ensino público em nível nacional e inviabilizará o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Além de demonstrar os impactos que o corte de investimentos causará ao futuro do setor, o estudo simula o que teria ocorrido se a PEC 241 estivesse em vigor desde 2010: o governo federal teria deixado de gastar R\$ 73,6 bilhões em manutenção e desenvolvimento do ensino.



A saúde vai para a UTI

No Brasil, apenas 45% dos recursos investidos na saúde são de origem pública; em outros países que também contam com sistemas universais o índice chega a 70%.

Na saúde pública, um dos setores que mais carece de investimentos, a situação que já é complicada tende a se agravar. Em carta aberta dirigida à sociedade e intitulada *A PEC 241 e os impactos sobre os direitos sociais*(4), a saúde e a vida, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) faz uma denúncia sobre as consequências que o longo período de congelamento trará para a estrutura de saúde pública do país.

Diante de um cenário já precário, que, em 2013 teve apenas 8% do PIB investido na saúde, a tendência é que a PEC traga uma consequência de decréscimo da área, impossibilitando o atendimento de novas demandas e com impactos "calamitosos", conforme a entidade. O documento aponta, ainda, que no Brasil, apenas 45% dos recursos investidos na saúde são de origem pública, sendo que em outros países, que também contam com sistemas universais, o índice chega a 70%.

"No conhecido quadro de subfinanciamento do setor saúde, em que os gastos totais atingiram, em 2013, 8% do PIB, sendo apenas 45% de origem pública, ao contrário de outros países com sistemas universais em que essa parcela chega a 70%, o congelamento – na verdade continuado decréscimo –, dos gastos em saúde, caso aprovada a PEC 241, levará a uma redução das ações atuais e à impossibilidade de atender novas demandas.

Tendência é aumento da judicialização

A saúde é direito fundamental de todos e garantir o amplo acesso a ela é obrigação do Estado. Muitas vezes, entretan-



Temer admite reduzir duração do ajuste fiscal



Universidades protestam contra a PEC

to, para obter tratamentos e medicamentos, a população precisa recorrer à Justiça. Ações que envolvem questões de saúde, que hoje lotam tribunais de todo o país, tendem a se multiplicar com a situação de congelamento.

Com a aprovação da PEC 241 e sem recursos para a contratação de novos servidores e magistrados, a expectativa é

que em pouco tempo a população não tenha mais a opção de recorrer ao Judiciário para garantir os direitos fundamentais. "O Judiciário é sempre exigido no atendimento à sociedade no que se refere às lacunas deixadas pelo poder público. Sem as adequadas condições de prestação jurisdicional, a população brasileira deve ficar desassistida em todos os aspectos", aponta o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer.

1. Nota técnica do Dieese: PEC nº 241/2016:

o novo regime fiscal e seus possíveis impactos <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>

2. Auditoria Cidadã da Dívida:

Você está sendo roubado pela PEC 241 <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/18/voce-esta-sendo-roubado-pela-pec-241/>

3. http://campanha.org.br/wp-content/uploads/2016/10/NotaFINEDUCA_01_2016_final.pdf

4. Carta da Fiocruz:

A PEC 241 e os impactos sobre direitos sociais, a saúde e a vida: <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fiocruz-divulga-carta-241-e-os-impactos-sobre-direitos-sociais-saude-e-vida>

GESTÃO

Atuação em várias frentes

O primeiro ano da atual Administração da AJURIS ainda não terminou, mas já é expressivo o número de ações desenvolvidas em favor da magistratura, do Judiciário e da cidadania



Reunião do presidente Gilberto Schäfer com vice-presidentes e assessores na sede da AJURIS

O ano que marca o 72º aniversário da primeira associação de magistrados do Brasil - fundada em 11 de agosto de 1944 -, ainda não terminou, mas já permite um balanço da profícua gestão empossada em fevereiro passado sob a presidência de Gilberto Schäfer.

Da primeira semana de exercício do mandato até o fechamento desta edição do JORNAL DA AJURIS no início de novembro, a Diretoria da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul enfrentou assuntos do mais alto interesse da magistratura, do Judiciário, da sociedade em geral e dos servidores públicos, entre os quais a independência dos juizes, boas condições para o funcionamento do sistema judicial, segurança pública, situação prisional, parcelamento de salários, previdência social e questões orçamentárias, tanto no âmbito estadual como nacional.

Após os primeiros nove meses de gestão, a Diretoria encontra-se plenamente entrosada e com uma visão ampla e segura dos assuntos de interesse da magistratura e da cidadania pelos quais deve lutar, avaliam o presidente e seus vices.

Consciente de suas responsabilidades e dotada de energia e agilidade para superar as demandas de sua pauta, a gestão redobra seus esforços neste final de 2016 e já projeta suas atenções para as prioridades de 2017, ano em que haverá o XII Congresso Estadual de Magistrados.

Olhando-se retrospectivamente o trabalho da AJURIS, vê-se que a entidade está mobilizada para grandes embates. Uma prova disso é o Ato Público que entidade promoveu, junto com os parceiros da Frentas/RS, em defesa da cidadania, do Judiciário e do Ministério Público. Foi a mais forte e representativa mobilização entre as realizadas em Estados brasileiros, no dia 4 de outubro, na Escola da AJURIS - também

houve um ato nacional, da AMB, em Brasília (esta edição traz matéria sobre o ato gaúcho nas páginas 3, 4 e 5).

O ato, que contou com a adesão institucional do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e da Procuradoria-Geral de Justiça, denunciou a retaliação ao Judiciário e ao MP por meio de projetos como a PEC 241 (*assunto de capa desta edição nas páginas de 6 a 9*), que limita os gastos públicos; o Projeto de Lei 280/2016 (abuso de autoridade); reforma previdenciária; reforma trabalhista; e a PEC 62/2015, que, no plano remuneratório, descumpra acordo de recomposição dos subsídios - concedida a diversas categorias - com a reposição parcial da inflação do período.

Pretende-se, com a PEC 62, prejudicar a unidade da magistratura e do Ministério Público, gerando incerteza jurídica e econômica para as carreiras, com a desvinculação do sistema de subsídios do sistema nacional dos ministros do STF. No dia seguinte ao Ato Público, o Poder Judiciário e a AJURIS viram o Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE) reafirmar a lisura do TJRS na execução da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), coroando o trabalho de defesa do Poder e da entidade pelo advogado Tael Selistre em um caso iniciado seis anos atrás.

PAE e Estatuto

O Pleno do Tribunal de Contas do Estado deu vitória ao Judiciário e à AJURIS na questão da PAE (Parcela Única de Equivalência), reafirmando a lisura do TJRS na sua execução. A defesa foi feita pelo advogado Tael Selistre. Já a modernização do Estatuto da AJURIS, em Assembleia Geral Extraordinária que conferiu fortalecimento institucional, criou a Vice-presidência dos Aposentados.

Do sistema prisional ao acompanhamento de leis

A dramática situação do sistema prisional, sempre no foco das atenções da AJURIS, foi tratada com profundidade no *Seminário Sistema Prisional e Direitos Humanos e Exposição Fotográfica 20 anos de Presídio Central*, no dia do aniversário da entidade. O presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, salienta que o objetivo do evento foi incentivar a reflexão sobre a falência do atual modelo penitenciário e os impactos sociais que ele produz (o tema do seminário está nas páginas 10 a 13 desta edição).

A AJURIS acompanha de perto a tramitação do Projeto de Lei 194/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017. Schäfer diz que magistrados e servidores da Justiça gaúcha devem permanecer em alerta e em diálogo com os deputados, a fim de garantir que o orçamento seja compatível com as necessidades do Judiciário e com as demandas da população gaúcha e contra, portanto, o congelamento da LDO.

Luta pela paridade e pelo Orçamento corrigido

A AJURIS acompanha de perto a tramitação de várias matérias legislativas de interesse da Magistratura em nível estadual e nacional, como o Projeto de Lei 194/2016, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017. O presidente da entidade, Gilberto Schäfer, diz que magistrados e servidores da Justiça devem permanecer em alerta e em diálogo com os deputados, a fim de garantir que o orçamento seja compatível com as necessidades do Judiciário e com as demandas da população gaúcha. A posição é contrária, portanto, ao congelamento da LDO.

A entidade luta pela paridade entre magistrados da ativa e os inativos. Os inativos tiveram perdas em sua remuneração com a quebra da paridade. Outros pontos focais da AJURIS são a questão previdenciária, transparência dos incentivos fiscais, sistema prisional, segurança pública,

ALGUNS DOS PRINCIPAIS TEMAS E AÇÕES DA PAUTA DA AJURIS:

Ato Público em Defesa da Cidadania, do Judiciário e do Ministério Público

Seminário da Questão Prisional e Direitos Humanos

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual (LERF)

PL 108/2016 (congelamento do Orçamento do Estado)

Apoio ao governo gaúcho na repactuação da dívida do Estado com a União

Cobrança ao governo gaúcho por uma política de segurança pública

Fórum da Questão Penitenciária

Participação no Comitê Permanente de Segurança da Região Metropolitana

Defesa da independência judicial e das prerrogativas da magistratura

Apoio a ato em defesa da Justiça do Trabalho

Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)

Reação ao corte com congelamento do orçamento do Judiciário

Cobrança por transparência em relação aos incentivos fiscais

Mobilização contra PLP 257/16 (renegociação da dívida dos estados com a União)

Questionamento judicial da lei que criou a previdência complementar

Mobilização contra o Projeto de Lei 280/2016 (Abuso de Autoridade)

Mobilização contra o PLP 257/2016 (cria amarras ao Poder Judiciário)

Luta pela recomposição dos subsídios da Magistratura

*Participação em ato público em Brasília contra o Projeto de Lei do Senado (PLS) 280/2016**

Lançamento da Cartilha da Justiça em parceria com a AMB

CRIAÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA DOS APOSENTADOS

LUTA PELA GARANTIA DA PARIDADE / PEC 63

Regularização das matrículas da Sede Campestre

Avanço no projeto da obra no terreno da Múcio Teixeira que garantirá recursos

* crimes de abuso de autoridade

SISTEMA PRISIONAL

Debate sobre a falência de um modelo

Atenta à crise do sistema penitenciário e às consequências para a segurança pública, a AJURIS promoveu, quando completou 72 anos de existência, o Seminário Sistema Prisional e Direitos Humanos e a Exposição Fotográfica 20 anos de Presídio Central. Durante dois dias, o tema foi abordado por especialistas e jornalistas expuseram a visão da mídia em relação ao problema.

Conforme o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, o evento teve como objetivo incentivar a reflexão sobre a falência do atual modelo penitenciário e os impactos sociais que ele produz: "A AJURIS é uma voz ativa na defesa da Magistratura, do Estado Democrático de Direito e da construção de uma sociedade livre e democrática. Por isso, queremos partilhar a nossa percepção sobre esse tema", afirmou.

Programa Penitenciário Estadual

A AJURIS debate há mais de dez anos a falência do sistema prisional no Rio Grande do Sul e aposta na busca de soluções concretas que possibilitem a reinserção social e consequente diminuição da criminalidade.

"Defendemos uma bandeira: o governador precisa liderar a formação de um Programa Penitenciário Estadual. Chega de improvisação. Os servidores penitenciários, da segurança, e também os magistrados, estão todos sobre-cargados", sustenta Schäfer

O QUE DISSERAM OS REPRESENTANTES DE CADA UM DOS VEÍCULOS:



André Machado

Rede Bandeirantes



Há uma enorme dificuldade em fazer com que as pessoas entendam que a pena tem que ter a função social de reintegrar e que o presídio não deve ser um 'moedor de gente'. É este o discurso fácil ao qual estamos submetidos. Estamos cada vez mais incitados a fazer este discurso de ódio nos microfones.



CÁRMEN LÚCIA NO RS

Ajuris cobra ação do Executivo estadual

Na audiência pública realizada pela presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, em Porto Alegre, o presidente da Ajuris, Gilberto Schäfer, cobrou a participação direta do governador José Ivo Sartori na busca de soluções para a situação caótica do sistema prisional no Estado.

"O governador tem que assumir a liderança do processo", disse Schäfer, acrescentando defender a implantação de um programa penitenciário estadual. Na opinião de Schäfer, essa iniciativa estabeleceria um modelo de funcionamento e o fim da era da improvisação em uma área delicada. Em uma de suas manifestações durante a audiência pública, Cármen Lúcia concordou com a responsabilidade do Executivo. Para ela, o Judiciário "tem tudo a ver com o preso" - cuja prisão foi determinada por um juiz, cuja progressão depende de um juiz, ilustrou ela, acrescentando: "Mas a parte externa, as penitenciárias, é com o Executivo".

Gustavo Victorino

Rede Pampa



A fonte do magistrado é a lei. A da imprensa é a opinião pública". O comunicador destacou que o modelo atual de veiculação de notícias em alta velocidade exige agilidade também na apuração da veracidade das informações recebidas.

Carlos Etchichury

Editor-chefe do jornal
Diário Gaúcho - Grupo RBS



"Até 2008 a imprensa via a questão prisional através de binóculos", uma vez que praticamente não tinha acesso ao interior de unidades prisionais. "A possibilidade de entrar no Presídio Central, e contar para a sociedade o que acontecia lá dentro" permitiu uma série de ações e reportagens para mostrar o presídio e a forma como os apenados são tratados, o que, acredita, ajuda na reflexão sobre o sistema.

Luciane Echevarria

Rede Record



É necessário um maior aprofundamento da mídia sobre o sistema penitenciário. Existe uma cobrança da opinião pública para que o jornalismo reflita essa linha. Nosso desafio é mostrar a importância das ações positivas no sentido da ressocialização, buscar um equilíbrio.

Andrei Rossetto

SBT



Participamos de um jogo complexo da construção da consciência do cidadão. A mídia, com honrosas exceções, ajuda a propagar a ignorância sobre o Sistema penitenciário e retroalimentar a cultura do ódio. A sociedade deve cobrar do jornalismo que não se desvirtue de sua função social.

Cid Furtado

TVE



Temos como papel e missão tentar ajudar a construir na sociedade uma visão diferente. Nossa busca é tentar levar outro conceito para a sociedade através do debate e com informações positivas, que possam ajudar a construir. O ser humano tem um gosto especial pela tragédia, pela dor do outro. A TV vende o crime como produto. Temos que ajudar a mudar este conceito, apontou.

Confira as palestras na íntegra

**Execução
penal e imagem
do inimigo:**



**Fortalecer
a cultura
de direitos:**



Como a construção da "imagem do inimigo" afeta a execução penal e colabora com a falência do atual sistema? Para desvendar o tema, a AJURIS convidou o professor da USP e especialista em psicologia criminal e criminologia clínica, Alvin August de Sá, o juiz de Direito Orlando Faccini Neto e o pós-doutor em sociologia Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo.

Em um cenário de graves ataques aos direitos humanos, como aprimorar as políticas públicas para fazer esse enfrentamento? Com a capacidade técnica de quem milita na área há pelo menos duas décadas, a secretária de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Flávia Piovesan, aponta para uma cultura de negação e privação dos direitos. "Se há uma cultura de negação e privação dos direitos, temos que fortalecer a cultura da afirmação e promoção dos direitos", diz ela.

PENSIONISTAS

Gratidão e reconhecimento

O casamento de dona Eneida Barbosa com a causa das pensionistas da Magistratura do Rio Grande do Sul comemorou bodas de prata. Há 25 anos foi criado o Departamento de Pensionistas da AJURIS, desde então dirigido por ela. Pioneiro, inspirou a instalação de divisões similares em outras associações de juízes pelo país e inclusive na AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), também comandado por Dona Eneida, que se tornou uma liderança nacional.

Para marcar as duas décadas e meia de existência, o Departamento de Pensionistas promoveu, em 6 de outubro, no Palácio da Justiça, uma homenagem aos presidentes que comandaram a AJURIS de 1991, ano da instalação do setor, para cá. Ou seja, da gestão de Élvio Schuch Pinto (1990-1991) à de Gilberto Schäfer. Outros magistrados receberam homenagem especial, como também a advogada Letícia Gobbi.

Associadas da AJURIS que integram o Departamento de Pensionistas subiram ao palco do Auditório Desembargador Osvaldo Stefanelo, para entregar agendas Montblanc aos homenageados, que compuseram a mesa. Depois da cerimônia, houve coquetel.

PRESIDENTES DA AJURIS

Élvio Schuch Pinto
Marco Antônio Barbosa Leal
Guinther Spode
Claudio Baldino Maciel
Antonio Guilherme Tanger Jardim
Luiz Felipe Silveira Difini (*presidente do TJRS*)
José Aquino Flôres de Camargo
Carlos Rafael dos Santos Junior
Denise Oliveira Cezar
Carlos Cini Marchionatti
João Ricardo dos Santos Costa (*presidente da AMB*)
Pio Giovanni Dresch
Eugênio Couto Terra
Gilberto Schäfer

HOMENAGEM ESPECIAL:

Paulo de Tarso Sanseverino (*ministro do STJ*)
Analúcia de Albuquerque Paiva (*vice-presidente de Patrimônio e Finanças na gestão de Élvio Schuch Pinto*)
Felipe Rauen (*procurador das pensionistas*)
Henrique Osvaldo Poeta Roenick (*diretor de Assistência Jurídica*)
Advogada Letícia Gobbi (*técnica jurídica da AJURIS*)



Homenageados compuseram a mesa



Presidente da AMB, João Ricardo Costa, D. Eneida e o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer



Pensionista Hilda D'Ávila Moraes e o presidente do TJ, Luiz Felipe Difini



Felipe Rauen e pensionista Ely Freitag

A AJURIS age contra a Previdência Complementar

A AJURIS obteve medida cautelar favorável na Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada contra artigos da Lei Estadual Complementar nº 14.750/2015, que instituiu a Previdência Complementar para todos servidores públicos do Estado. A decisão suspende os efeitos da legislação em relação ao Poder Judiciário.

O desembargador Alberto Delgado Neto, do TJRS, que concedeu a medida em setembro, entendeu que houve ofensa ao princípio da separação dos

Poderes e ao princípio da autonomia institucional e do Judiciário em relação à administração e execução dos planos de benefícios de aposentadoria dos magistrados.

“A lei atinge a independência judicial e coloca em risco a aposentadoria dos futuros magistrados, já que a legislação prevê pagamento definido e benefício indefinido”, atingindo as normas de aposentadoria dos magistrados e o caráter unitário da Magistratura”, sustentou Delgado.

As mudanças que ocorrerão com a proposta de reforma da Previdência pelo governo federal e a ação reiterada do governo estadual em parcelar a remuneração dos servidores públicos são assuntos de frequente preocupação da AJURIS, que tem participado de forma ativa dos debates sobre o tema e encabeçado ações para garantir a previdência pública dos servidores. A Associação esteve presente na criação e preside permanentemente a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública.

Vigilância histórica



Historicamente a AJURIS tem participado de forma ativa dos debates que envolvem a previdência pública dos magistrados e servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. A atuação se deve no entendimento que este é um dos direitos essenciais dos trabalhadores e que, portanto, deve ser compatível com a vida funcional e as contribuições feitas por cada um.

Desde 2005, por exemplo, a AJURIS está à frente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, colegiado que, atualmente, congrega 29 entidades de servidores públicos. Nesses 11 anos de União Gaúcha, a Associação

participou ativamente de todos os debates, marcando posição contrária aos ataques promovidos pelos governos e na garantia de um previdência pública digna para todos.

O último período tem exigido, mais uma vez, uma atuação combativa por parte da AJURIS foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que questiona artigos da Lei Estadual Complementar nº 14.750/2015, que instituiu a previdência complementar para todos os servidores do Rio Grande do Sul. A ADI teve decisão cautelar favorável e suspende os efeitos da lei, até o julgamento definitivo, em relação ao Poder Judiciário.

PEC DA BLINDAGEM

Uma das ações para evitar futuros ataques à Previdência é a proposta em torno da chamada PEC da Blindagem, de autoria do deputado Ronaldo Santini (PTB), cujo objetivo é proteger o Fundo Previdenciário do RS (FundoPrev), preservando e garantindo as aposentadorias. Na avaliação da AJURIS, a emenda constitucional pode inibir futuros ataques ao Fundo e garante um direito essencial de todos os trabalhadores, que é a aposentadoria digna e compatível com o histórico funcional de cada um. “Num momento em que são feitos diversos ataques aos servidores e ao serviço público, precisamos criar mecanismos de proteção, achamos que a PEC da Blindagem pode oferecer mais segurança em relação aos recursos destinados à previdência”, aponta o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

Nova política pública contra a violência e pela paz

Nascida na AJURIS, a Justiça Restaurativa começou a ser estudada, debatida e colocada em prática na Escola em 2005, sob a liderança do juiz Leoberto Brancher. Em 2014, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul criou o Programa Justiça Restaurativa para o Século 21. A iniciativa agora se fortalece e expande com a assinatura de protocolo estadual que leva a Justiça Restaurativa aos demais segmentos institucionais do Estado. Passa a ser um novo instrumento de combate à violência e a favor da construção da paz na vida dos gaúchos.

O protocolo que torna a Justiça Restaurativa política pública de Estado no Rio Grande do Sul foi assinado em 13 de outubro, no Palácio Piratini, pelo governador José Ivo Sartori; presidente do TJRS, Luiz Felipe Silveira Difini; procurador-geral da Justiça, Marcelo Lemos Dornelles; deputado Elton Weber, representando a Assembleia Legislativa; defensor público-geral, Cristiano Vieira Herdt, e procurador-geral do Estado, Euzébio Ruschel.

A Justiça Restaurativa, aplicada em um litígio, busca a potencialidade de, a partir dessa crise, saírem seres humanos melhores, anulando a carga imensa da possibilidade de o caso se transformar em algo pior. A prática trabalha não só com as pessoas diretamente envolvidas numa contenda, mas também com seus familiares e meio social e comunitário.

Motivo de orgulho

A vice-presidente Administrativa da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, representou a entidade na assinatura do protocolo. O diretor da Escola da AJURIS, Cláudio Martinewski, também esteve presente à cerimônia. A vice-presidente da AJURIS disse que a assinatura do protocolo é o reconhecimento de um trabalho de mais de dez anos feito pelo Poder Judiciário. "Teve início dentro da Escola da AJURIS e hoje é uma política pública que está sendo implementada. Temos de nos orgulhar porque somos os iniciadores dessa trajetória", declarou a juíza.

O governador e o presidente do TJ destacaram o importante papel do juiz Leoberto, coordenador do Projeto Justiça para o Século 21 e da Central de Conciliação e Mediação de Casos do Sul, para o avanço da Justiça Restaurativa no Estado.

Leoberto disse, em entrevista, que a Justiça Restaurativa, aplicada preventivamente, pode ajudar muito a sociedade: "Antes que a violência precise ser reprimida, investimos na promoção da paz".

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), João Ricardo dos Santos Costa, também compareceu ao evento e elogiou a valorização da Justiça Restaurativa.



Juiz Leoberto e governador Sartori



Cerimônia no Palácio Piratini



Desembargador Difini assina protocolo



Vera Deboni e Cláudio Martinewski

FUNDO PRÓ - INFÂNCIA

AJURIS incentiva doações

Em sintonia com as necessidades sociais de investimentos na infância, a AJURIS anuncia um novo momento para o Fundo Pró-Infância, iniciativa que visa apoiar ações e entidades que beneficiam crianças e adolescentes de Porto Alegre e que em 2016 completa dez anos. Além de uma nova identidade visual e modernização do site do Fundo, estão sendo desenvolvidas diversas propostas para a ampliação da participação dos associados e de integração com a sociedade.

A ação quer promover o debate sobre a necessidade de recursos para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) atue no fortalecimento de políticas públicas que efetivamente façam a diferença. A AJURIS já discute com outras instituições a possibilidade de criação de um centro de formação para qualificar o serviço de atendimento à infância.

"Acreditamos que a Magistratura gaúcha e a sociedade podem fazer importantes contribuições", afirma a vice-

-presidente Administrativa da AJURIS, Vera Lúcia Deboni, que tem atuação estadual e nacional no tema. "Quando se trata da infância, não dá para esperar. Nossa atuação deve ser agora", afirma ela.

O Fundo Pró-Infância AJURIS é uma iniciativa criada em 2006 que tem como proposta mobilizar associados e a sociedade em prol de doações na área da infância e juventude e que são aprovados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Funcriança), de Porto Alegre, instituído pelo art. 260, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Ao criar uma campanha de doações, a AJURIS tem como principal objetivo oportunizar melhorias concretas em uma área que é uma das prioridades da Associação: a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, oportunizando condições dignas, adequadas e compatíveis para seu desenvolvimento. É importante lembrar que as doações feitas ao Fundo podem ser abatidas, até um determinado percentual, do Imposto de Renda da Pessoa Física.

COLÓQUIO INTERNACIONAL

Medida socioeducativa tem que fazer sentido

A principal mensagem de uma das conferências do *Colóquio Internacional de Justiça Juvenil na Contemporaneidade*, realizado entre 7 e 10 de 3 novembro, é que a medida socioeducativa tem de "fazer sentido" para o jovem a que se destina.

Essa "verdade" foi consensual entre os debatedores da conferência *Intervenção socioeducativa em meio aberto*: Carlos Roberto Carls (ONG Terre des Hommes), Maria Carla Corrochano (Universidade de São Carlos/SP) e Liana de Paula (Unifesp/SP). A mediação coube ao juiz de Direito Charles Maciel Bittencourt, do 3º Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre e diretor do Departamento das Coordenadorias da AJURIS. A entidade foi uma das promotoras do evento.

Carls, que vive em Fortaleza (CE), foi o primeiro a falar, trazendo à tona a existência no sistema de uma "crise de sentido" das medidas socioeducativas. Nesse cenário, o jovem não se sente responsável.

Ele deu um exemplo prático de como uma medida pode ou não fazer sentido. Uma jovem, cujo pai homossexual saiu de casa para viver com outro homem, foi ofendida por uma vizinha em razão do fato e revidou, quebrando o braço da desafeta. Foi-lhe ordenado frequentar a escola

e tirar carteira do trabalho. O certo, conforme Carls, seria encaminhá-la a uma psicoterapia que abordasse a questão da homossexualidade, para "fazer sentido".

Autora de tese de doutorado sobre liberdade assistida na cidade de São Paulo, Liane de Paula bateu na tecla de que nem sempre faz sentido a um jovem infrator o juiz mandá-lo frequentar a escola. "Passa a ser um cumprimento formal e não uma experiência de cidadania". Ela destacou a importância do papel do mediador social no processo.

A professora Maria Carla trouxe dados que causaram surpresa sobre o número de jovens brasileiros que trabalham (63%) e o contingente que se encontra fora da escola (1,6 milhão entre 15 e 17 anos), embora o acesso à escola e o tempo de permanência nos bancos escolares tenham aumentado significativamente nos últimos anos. O problema é proporcionar o chamado "trabalho decente" ao jovem, defendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e por governos. Os jovens estão mais sujeitos ao desemprego, à informalidade, à alta rotatividade e à baixa remuneração, informou a palestrante.

Antes da conferência, os presentes ouviram o som do grupo musical Clave de Sol, formado por jovens que cumprem medida socioeducativa em Porto Alegre.

ESCOLA DA AJURIS

Pioneira no país faz 35 anos

A Escola da AJURIS, a primeira do gênero no país, completou 35 anos de funcionamento em 27 de outubro. Foi concebida pelo desembargador aposentado Cristovam Daiello Moreira com o ideal de formar magistrados humanistas. O Tribunal de Justiça do Estado a reconheceu por meio de uma resolução do Órgão Especial.

Dirigida pelo desembargador Cláudio Luis Martinewski, que tem como vice-diretora a juíza Rosana Garbin, a Escola adaptou-se ao novo momento do mercado de ensino, marcado pelo surgimento de novos concorrentes, inclusive

virtuais e de fora do Estado. Mantém o curso preparatório à magistratura – presencial e a distância –, cursos de atualização para magistrados e cursos temáticos, além de mais de 20 núcleos de debates sobre diferentes áreas do Direito.

Para exemplificar, um dos mais recentes cursos de atualização para magistrados foi sobre Direito Público; um curso temático que se iniciará em novembro é “A responsabilidade das empresas na prática de corrupção”; e um dos núcleos de estudos mais procurados é o que trata de Justiça Restaurativa.

Comemoração



Jantar dos 35 anos da Escola



Diretores com Schäfer e ex-presidentes da AJURIS



Atuais diretores da Escola com ex-dirigentes



Diretores da Escola com diretoria da AJURIS

Jantar comemorativo ao aniversário de 35 anos foi realizado na AJURIS e dele participaram, entre outros convidados, os ex-diretores da escola Ruy Rosado de Aguiar Junior (ex-ministro do STJ), Eládio Luis da Silva Lecey, Antonio Janyr Dall'Agnol Junior, Ricardo Pippi Schmidt, Alberto Delgado Neto e Iris Helena Medeiros Nogueira.

Recepcionados pelo presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, também compareceram os ex-presidentes da entidade Ivo Gabriel da Cunha, José Aquino Flôres de Camargo (ex-presidente do TJ), Carlos Rafael dos Santos Junior, João Ricardo dos Santos Costa (presidente da AMB) e Eugênio Couto Terra.

A comemoração foi igualmente prestigiada pelo 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça (TJRS), Paulo Roberto Lessa Franz, representando o presidente do TJRS; a vice-presidente Administrativa da AJURIS, Vera Lúcia Deboni; a vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato; o vice-presidente Social, Max Akira Senda de Brito; o vice-presidente do Conselho Deliberativo, representando o presidente do Conselho, desembargador Angelo Maraninchi Giannakos; e o diretor-geral do TJRS, Ivandre Medeiros, entre outros magistrados e magistradas e convidados.

CULTURA

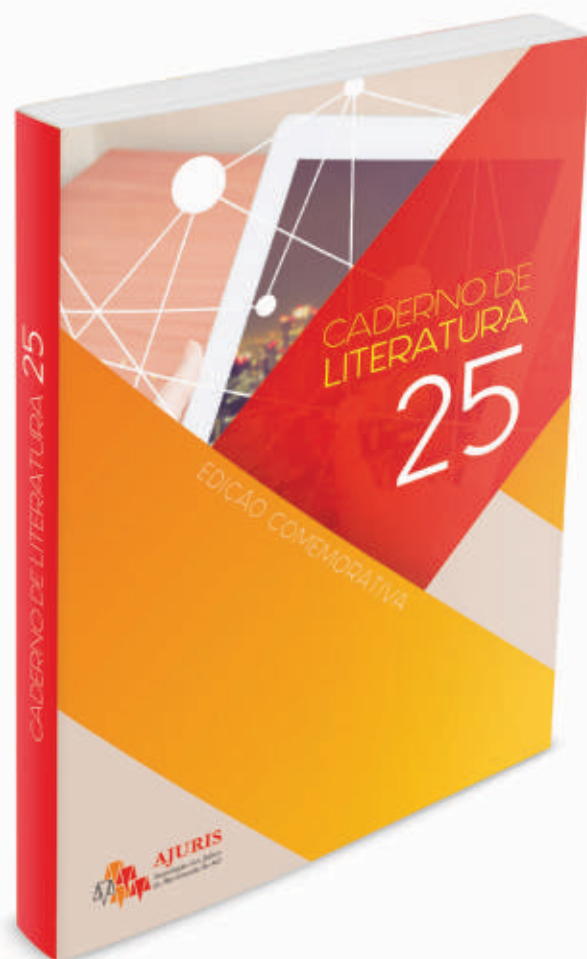
Caderno de Literatura prioriza o digital

A edição de número 25 do Caderno de Literatura terá novidades em relação às anteriores. Com o intuito de ser mais sustentável e priorizar o digital, a obra terá redução de exemplares físicos – serão 1 mil unidades –, com a versão digital disponível para download no site da AJURIS. Os exemplares impressos serão enviados aos aposentados e pensionistas da Associação e estarão à disposição também no Departamento Cultural, na sede administrativa.

Ao todo, 26 escritores, entre associados e colaboradores, participam da obra, que reúne crônicas, contos, poemas e poesias. “A literatura nos humaniza porque nos ajuda a compreender melhor o mundo e, em última análise, a nós mesmos”, escreve no Prefácio a vice-presidente cultural da AJURIS, Rute dos Santos Rossato. Ela agradece aos diretores Adair Filipsen, Afif Simões, Marcia Kern e Rosana Bróglia Garbin, aos autores e aos patrocinadores, SICREDI e Joal Teitelbaum, parceiros na empreitada.

A atual edição é ilustrada por fotografias agrupadas em um álbum na parte final das 134 páginas. As imagens, enviadas por magistrados e colaboradores, são de autoria de Breno Beutler Júnior, José Darci Pereira Soares, Genecéia da Silva Alberton, Gustavo Rodrigues, Luciana Bertoni Tieppo, Milton Moojen e Nelo Presser.

O lançamento da publicação, com sessão de autógrafo, constou da programação da 62ª Feira do Livro de Porto Alegre, no dia 31 de outubro, no Memorial do Rio Grande do Sul.



LEITURA INTELIGENTE E APRAZÍVEL

Os textos que ocupam as páginas do Caderno de Literatura, independentemente do gênero, são de leitura fluida e prazerosa, produzidos por pessoas talentosas. Por ordem alfabética, quem abre os trabalhos é o desembargador Adroaldo Furtado Fabrício, com Ficha; Afif Jorge Simões Neto apresenta o texto Só tu e eu; Benedito Felipe Rauen Filho escreve Compêndio de lições de redação; Breno Brasil Cuervo reflete em Ainda sobre a percepção e a mente coletiva; e Cassiano Rodka redige Jardim de estátuas.

Claudete Morsch Pereira Soares assina quatro trabalhos: Nossos medos, O tempo, Seus olhos, e Tristes horas; Claudia Moraes Bartzsch é autora de Porto em transe; Gabriela Richinitti é responsável por Brevíssima odisséia de um raio de sol, Fazer de mar o meu mundo e Um leito post mortem; Genecéia da Silva Alberton oferece O piano vermelho; Ícaro Carvalho de Bem Osório presta homenagem com Uzerma valuma sturma; e José Carlos Teixeira Giorgis descreve o personagem José.

José Darci Pereira Soares entra com Para sempre e Testamento; José Nedel visita Nova Canaã; Karla Aveline de Oliveira filosofa em Quinta-essência; Luís Francisco Franco exibe Pedaco de si; Luiz Antônio Corte Real elabora Espelho meu; Mafalda dos Santos faz Indagações e Alerta; Maurício da Rosa Ávila mostra Entre números e Pedido; Miguel Antonio Juchem chama atenção para Flores e Previsões para o próximo ano; Mirela Ramos de Oliveira narra Macacos Sábios; Mônica Becker Dahlem aconselha em Quando nada fizer sentido; Nei Pires Mitidiero divide-se em Gaiozinho, Nuvem passageira, Sombras da noite de albergado.

Newton Luís Medeiros Fabrício aparece com A sabedoria dos gregos. A liberdade. O mestre; e com Tosca e rude; Rosane Ramos de Oliveira Michels condói-se em Meio abraço; Sabrina Nunes Dalbello aborda Teoria da Relatividade das coisas; e Túlio de Oliveira Martins traça os Caminhos do homem cordial.

SOCIAL

72 anos de uma bela história

O Baile de 72 anos da AJURIS reuniu centenas de associados, familiares, amigos e convidados. A confraternização também celebrou as turmas que completaram 30 e 40 anos de Magistratura em 2016 e a turma que se vitaliciou este ano. Sorrisos, lágrimas, cumprimentos e comemorações: o tradicional evento da AJURIS ficará marcado pelo fortalecimento do espírito associativo da Magistratura gaúcha e pela integração entre diferentes gerações de juizes.

Nas boas-vindas, no Salão de Eventos e Salão Amarelo do Hotel Plaza, o presidente da AJURIS, Gilberto Schäfer, ressaltou a importância da trajetória e a contribuição de cada um dos homenageados para a Magistratura, ressaltando que esta é “uma escolha de vida”.

Acompanharam Schäfer na saudação: a vice-presidente Administrativa, Vera Lúcia Deboni; vice-presidente de Patrimônio e Finanças, Flávio Mendes Rabello; vice-presidente Cultural, Rute dos Santos Rossato; vice-presidente Social, Max Akira Senda De Brito; presidente do TJRS e ex-presidente da AJURIS, Luiz Felipe Silveira Difini; 1º vice-presidente do TJRS, Paulo Roberto Lessa Franz; presidente da AMB e ex-presidente da AJURIS, João Ricardo dos Santos Costa; diretor e vice-diretora da Escola, Cláudio Luis Martinewski e Rosana Broglio Garbin; ex-presidente do TJRS e da AJURIS José Aquino Flôres de Camargo; ex-presidentes da AJURIS Antonio Guilherme Tanger Jardim e Denise Oliveira Cezar; diretora do Departamento Social, Marialice Camargo Bianchi; e presidente do Conselho Deliberativo, Sérgio Gischkow Pereira. O aniversário da AJURIS é em 11 de agosto; o baile ocorreu antes, no dia 5.



Baile de aniversário da AJURIS no Plaza São Rafael reuniu diferentes gerações de juizes e juízas



Casal de magistrados Denise e Daltoé Cezar



Celebração da data teve jantar e o tradicional “Parabéns a você”



Mesa de doces foi uma das atrações pela delícias e pela apresentação



Dança e animação ao som da banda Nacional Kid e do DJ Fôfão



Festa integrou membros dos Conselhos Executivo e Deliberativo

SOCIAL

Homenagens nos jantares dos aposentados

O Departamento de Aposentados, dirigido por Ângelo Maraninchi Giannakos e vinculado à vice Social, presidida por Max Akira Senda de Brito, realizou dois jantares (73º e 74º), no primeiro e segundo semestre, respectivamente. Foram ocasiões de reencontro, confraternização, homenagens e diversão que reuniram mais de 100 pessoas em cada um dos eventos.

Nas duas oportunidades, magistrados receberam o alfinete do jubilarado concedido AJURIS. A láurea leva o nome do associado Luiz Gaspar Beck da Silva, falecido em 2014, é entregue aos magistrados que deixam a ativa. Foram agraciados por sua dedicação à magistratura Nereu Giacomolli, Luiz Matias Flach, Ricardo Zem e Armando Mário Bianchi; Ilmor Maciel Viana, João Adalberto Medeiros Fernandes, Roberto Expedito da Cunha Madrid, Helena Ruppenthal Cunha e Breno Pereira da Costa Vasconcellos.



Breno Pereira da Costa Vasconcellos recebe láurea de colegas

CULTURA GAÚCHA

Tradição na Sede Campestre



Apresentação de dança

A realização dos Festejos Farroupilhas da AJURIS na Sede Campestre da entidade foi uma decisão que agradou a todos. O evento aconteceu entre sábado e terça-feira (20/9), com programação intensa e adesão de associados acima da expectativa dos organizadores em um clima de confraternização e tranquilidade.

O diretor do Departamento de Cultura Gaúcha, Roberto Laux Junior, comemora a participação e o engajamento dos associados. Conforme o magistrado, mais de 230 pessoas passaram pela Sede Campestre, afora convidados. "Um dado relevante é que a grande maioria era composta por famílias, muitas delas com crianças, as quais, em sua grande maioria, não frequentavam o piquete", no Parque Harmonia.

Durante os festejos, houve apresentação do grupo de dança CTG Estância da Azenha, do grupo musical Beira D'estrada, dos músicos convidados Marcello Caminha, Chico Saratt, Léo Almeida e Paulinho Cardoso. Uma das atrações gastronômicas foi o costelão 12 horas.

HAPPY COM LETRAS



Confraternização e autógrafos

Momento de descontração e bate-papo após os Cursos de Atualização para Magistrados, o Happy Hour do CAM foi especial em outubro. Contou o lançamento do livro *Temas Atuais do Direito Brasileiro – Estudos em homenagem ao Professor Paulo de Tarso Dresch da Silveira*, falecido em 2007.

A Direção da AJURIS participou do evento, cuja obra contou com a colaboração dos associados Alexandre Mussoi Moreira, Miguel Ângelo da Silva e Ruy Rosado de Aguiar Júnior, e além da participação do associado benemérito da AJURIS, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e pai de Paulo de Tarso, José Néri da Silveira.

SEDE CAMPESTRE

Aberta a temporada de piscinas



A temporada de verão começou na Sede Campestre da AJURIS no Dia das Crianças, 12 de outubro, quando houve a abertura oficial das piscinas.

Entre muitas melhorias que foram implementadas na Sede Campestre, estão a pintura das casas e cabanas e do restaurante, por dentro e por fora; colocação de barras de ferro (corrimão) na rampa de acesso de cadeirantes e substituição do brinquedo gira-gira na pracinha.

Vale lembrar também que, para oferecer mais agilidade e segurança, a entidade disponibiliza um sistema de reserva de espaços das dependências da Sede Campestre.

Em funcionamento desde maio de 2015, o sistema desenvolvido pelo Departamento de Informática da Associação, tem como objetivo facilitar a comunicação com os associados e permite a reserva dos locais para eventos e das cabanas disponíveis na Sede.

ESPORTE

Tênis em Alagoas

O 20º Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados aconteceu entre 16 e 20 de novembro no Iloa Resort, em Barra de São Miguel (AL). O evento foi realizado em parceria pela diretoria de Esportes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase). O diretor nacional de Esportes da AMB, José Antônio Azambuja Flores, esteve presente.

A COMPETIÇÃO FOI DISPUTADA EM DIFERENTES CATEGORIAS:

Na faixa de 50/55 anos, a AJURIS teve o atleta Niwton Carpes em 2º lugar.

Na faixa de 55/60 anos, o atleta José Guerra em 2º Lugar.

Na faixa de 60/65 anos, o atleta Lauro Panichi em 2º lugar.

Na faixa de 40/50 anos o atleta Alexandre Renner em 1º lugar

Na modalidade abaixo de 50 anos os irmãos Alexandre e Rogério Renner, em dupla, obtiveram o 1º lugar;

Na modalidade acima de 50 anos os atletas Lauro Panichi e José Guerra ficaram em 2º lugar.



Tenistas da AJURIS

Basquete no Maranhão



Uma delegação esportiva da AJURIS, com equipes de basquete e de futebol, participaram de competições em São Luís. A capital maranhense sediou o 1º Campeonato Nacional de Basquete e o 23º Campeonato Nacional de Futebol - Categoria Master. O evento foi promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e organizado pela Associação dos Magistrados do Maranhão, em julho.

Na foto, da esquerda para a direita, de pé, aparecem Nei Breitman, André Dal Soglio Coelho, Alexandre Kreutz e Guinter Spode; agachados, Carlos Rafael dos Santos Junior, Marcos Braga Salgado Martins, Adriano Parolo e Gustavo Borsa Antonello.

AJURIS campeã nas duas categorias do Nacional

A AJURIS foi a grande campeã do Campeonato Nacional de Futebol Society de Magistrados – Categorias Sênior e Super Sênior, em evento da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com a Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages).

A equipe Sênior da AJURIS empatou com a Apamagis em 3 a 3, com gols de Francisco José de Moura, Rosiul Azambuja e Ney Alberto da Motta Vieira, e em 0 a 0 com a Ampar. Na semifinal, a AJURIS empatou com a Amma em 0 a 0, classificando-se nos pênaltis para a final.

O jogo que valia o título foi novamente contra a Ampar, e a AJURIS venceu por 2 a 0, com gols de Marcelo Bandeira Pereira e Pedro Luiz Rodrigues Bossle, que também foi escolhido melhor jogador da categoria. O goleiro da AJURIS, Luís

Carlos Rosa, foi eleito o melhor da competição, realizada entre os dias 25 e 27 de agosto, em Vitória (ES).

Na categoria Super Sênior, os quatro times na disputa jogaram na fórmula todos contra todos. A equipe da AJURIS venceu todos os adversários e ficou em 1º lugar. Os resultados foram: 3 a 1 contra a Amages no primeiro jogo, com gols de Antônio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard, Pedro Luiz Rodrigues Bossle e Jaime Alves de Oliveira; 5 a 0 no jogo contra a Concacaf, com gols de Marcelo Bandeira Pereira, Ney Alberto da Motta Vieira (2), Jaime Alves de Oliveira e Tasso Caubi Soares Delabary; e 1 a 0 contra os representantes da Ampar, com gol de Marcelo Bandeira Pereira – eleito melhor jogador do campeonato. Luís Carlos Rosa foi o goleiro menos vazado, com apenas um gol em três jogos.



Time sênior derrotou Ampar na final



Equipe super sênior venceu todos os adversários

TORNEIO INTEGRAÇÃO Associação é a vice-campeã


A equipe da AJURIS perdeu na final da competição, dia 19 de novembro, para a OABRS, por 6 a 2. Diego Leonardo Di Piñero fez os dois gols da AJURIS. Para a equipe adversária marcaram Nedel, Rodrigo, Rafael Raya, Alexandre e Thomas, duas vezes.

Na disputa do terceiro lugar, a Asdep levou a melhor sobre o MPE, vencendo por 3 a 1. Ubirajara, Fernando e Gustavo marcaram para a Asdep e Davi descontou para o MP.

Para chegar à final da Liga Integração Esportiva das Associações Ligadas à Justiça, o Torneio Integração, a AJURIS precisou vencer o time da Associação do Ministério Público do Estado por 2 a 1, em outubro.

DEPARTAMENTO DESPORTIVO TEM NOVO SUBDIRETOR

O Departamento Desportivo da AJURIS passou a contar com um novo subdiretor. O juiz de Direito Roberto Carvalho Fraga agora integra o Departamento, atuando em conjunto com o diretor José Darci Pereira Soares na organização das questões esportivas da Associação. Para Roberto Carvalho Fraga, atuar junto ao Departamento Desportivo é “uma honra muito grande”. Já contribuindo de maneira importante na atual gestão, o magistrado passa a estar de forma oficial e integrada às questões do Departamento e na organização de eventos esportivos. “Sinto-me muito satisfeito e honrado em poder colaborar. Chego para trazer reforço e um pouco da experiência vivida nestes dez anos em que participo das equipes da AJURIS”.



EXISTE UMA NOVA
MANEIRA DE VOCÊ
SE RELACIONAR
COM O SEU BANCO:
COM AFINIDADE.

banrisul.com.br/afinidade

